

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**VICTOR FÉLIX GLANSIMANN**

**ELEIÇÃO 2018:**

Análise comparativa das revistas Veja e Carta Capital sobre os candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad durante o primeiro turno das eleições.

**Juiz de Fora  
Dezembro de 2018**



**Victor Félix Glansimann**

**ELEIÇÃO 2018:**

Análise comparativa das revistas Veja e Carta Capital sobre os candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad durante o primeiro turno das eleições.

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra

**Juiz de Fora  
Dezembro de 2018**



Victor Félix Glansimann

ELEIÇÃO 2018:

Análise comparativa das revistas Veja e Carta Capital sobre os candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad durante as eleições de 2018

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra (FACOM/ UFJF)

Aprovado pela banca composta pelos seguintes membros

---

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra (FACOM/UFJF) - Orientador

---

Prof. Dra. Marise Baesso Tristão (FACOM/UFJF) - Convidada

---

Prof. Me. Wendell Giducci de Oliveira (FACOM/UFJF) - Convidado

Conceito Obtido: \_\_\_\_\_

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças para concluir a faculdade. Aos meus pais, que sempre me incentivaram a seguir firme durante todos esses anos. Aos amigos, por toda ajuda e conselhos durante o curso. A minha namorada Larissa, por todo carinho e apoio, que sem dúvida foram essenciais para mim. A minha amada filha Luísa, fonte de todo meu esforço para alcançar meus objetivos. E claro, ao professor Márcio Guerra, por todas as oportunidades e ensinamentos que me proporcionou ao longo dos últimos cinco anos.





## **RESUMO**

O presente trabalho visa comparar as publicações das revistas Veja e Carta Capital sobre os candidatos à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), e Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), durante o período eleitoral de 2018. Através de uma pesquisa empírica, semanalmente examinamos as notícias que foram publicadas por esses meios de comunicações de massa relacionadas direta e indiretamente aos candidatos apresentados. Foram examinadas oito publicações das revistas impressas. A pesquisa começou no dia 16 de agosto de 2018, data em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) liberou as campanhas eleitorais dos candidatos, e terminou no dia 7 de outubro de 2018, dia das eleições e o fim do primeiro turno. O objetivo é analisar como as duas revistas abordam os candidatos, a frequência das publicações e o conteúdo das reportagens. Assim verificaremos o comportamento jornalístico desses dois sistemas de mídia e a sua capacidade de influenciar os leitores.

Palavras chave: Carta Capital. Veja. Jair Bolsonaro. Fernando Haddad. Eleição



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN.....Academia Militar das Agulhas Negras  
DC.....Democracia Cristã  
DEM.....Democratas  
ENADE.....Exame Nacional de Desempenhos dos Estudantes  
ENEM.....Exame Nacional do Ensino Médio  
FHC.....Fernando Henrique Cardoso  
INSS.....Instituto Nacional do Seguro Social ( )  
MDB.....Movimento Democrático Brasileiro  
PCB.....Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB.....Partido Comunista do Brasil  
PDT.....Partido Democrático Trabalhista  
PHS.....Partido Humanista da Solidariedade  
PP.....Partido Progressista  
PPL.....Partido Pátria Livre  
PPS.....Partido Popular Socialista  
PR.....Partido da República  
PRB.....Partido Republicano Brasileiro  
PROS.....Partido Republicano da Ordem Social  
PROUNI...Programa Universidade Para Todos  
PRN.....Partido da Renovação Nacional  
PRP.....Partido Republicano Progressista  
PSC.....Partido Social Cristão  
PSD.....Partido Social Democrático  
PSDB.....Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL.....Partido Social Liberal  
PSOL.....Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU.....Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
PT.....Partido dos Trabalhadores  
PTB.....Partido Trabalhista Brasileiro  
PV.....Partido Verde  
TSE.....Tribunal Superior Eleitoral  
UDN.....União Democrática Nacional  
USP.....Universidade de São Paulo





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>17</b>
2.1 AGENDA SETTING .....	17
2.1.1 GATEKEEPER .....	19
2.1.1.1 TEORIA ORGANIZACIONAL .....	21
2.1.1.1.1 TEORIA DE AÇÃO POLÍTICA .....	23
2.1.1.1.2 RELAÇÃO ENTRE O SISTEMA DE MÍDIA E O SISTEMA POLÍTICO .....	24
<b>3. CENÁRIO.....</b>	<b>29</b>
3.1 CANDIDATURAS .....	32
3.1.1 RESULTADO .....	36
<b>4. QUEM SÃO? .....</b>	<b>41</b>
4.1 JAIR BOLSONARO .....	41
4.1.1 FERNANDO HADDAD .....	42
4.1.1.1 REVISTA CARTA CAPITAL .....	43
4.1.1.1.1 REVISTA VEJA .....	44
<b>5. ANÁLISE .....</b>	<b>45</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos uma forte crise econômica e política vem assombrando o Brasil. Depois das eleições de 2014, o cenário não é dos melhores. Denúncias de corrupção de políticos e partidos, empresas e empresários, o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, e a subida no cargo de seu vice, Michel Temer, que assumiu e não agradou, sofrendo com um alto índice de rejeição durante todo o governo. Somam-se a isso os problemas na segurança, saúde, educação e uma forte onda de desempregados. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no primeiro trimestre de 2018 13,2 milhões de pessoas estavam desempregadas. O eleitor chegou a 2018 com muitas incertezas e 13 candidatos como opções para mudar o Brasil da atual situação.

Dentre os 13 pleiteantes ao Palácio do Planalto, dois destacaram-se nos últimos anos. O deputado Jair Bolsonaro e o ex-presidente Lula. A ideia inicial do projeto era comparar as campanhas de Bolsonaro e Lula, por serem os nomes de maior evidência e por terem ideais completamente distintos, um representando a extrema direita e outro a esquerda, respectivamente. No entanto, Lula estava sendo investigado pela Operação Lava Jato, e em abril de 2018 teve sua prisão decretada e se entregou à Polícia Federal. Com isso, Lula tornou-se inelegível durante o período eleitoral. Nesse contexto, decidimos analisar o seu substituto, Fernando Haddad. Portanto, os candidatos explorados pela nossa pesquisa durante o primeiro turno das eleições ficaram sendo Jair Bolsonaro e Fernando Haddad.

Com os postulantes decididos, faltava escolher as mídias que cobririam os candidatos para pesquisarmos. A premissa para escolhermos dois meios de comunicação foram iguais as usadas para a escolha dos presidentes: destaque nacional e posicionamentos diferentes. Daí a escolha pela Revista Carta Capital, que já apoiou abertamente a candidatura do ex-presidente Lula, em 2006, e por alinhar suas publicações com os pensamentos de esquerda, além de ser uma das principais revistas do país. E a revista Veja, que nesse ano completou 50 anos de história e, ao contrário da Carta Capital, fez e faz duras críticas aos governos petistas, e tem uma ligação com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), considerado de direita.

Com isso, temos um candidato e uma revista da esquerda e um candidato e uma revista da direita. Assim analisaremos de forma comparativa como as duas mídias vão tratar direta e

indiretamente as candidaturas de Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. O que não nos impede de penetrar na cobertura midiática dos outros presidenciais.

O trabalho tem como objetivo averiguar se há um equilíbrio nas publicações impressas. Também checaremos qual a interação de Fernando Haddad e Jair Bolsonaro com as revistas.

Para chegar ao tópico esperado, levantamos os desdobramentos das eleições presidenciais de 2018. Para entendermos melhor o resultado deste pleito, exibimos um resumo mostrando as disputas para o cargo desde 1989. Chegando ao ano atual, mostramos as 13 candidaturas que concorreram para o cargo mais alto do Executivo, e o resultado final de uma das eleições mais improváveis da história.

Após a pesquisa apresentamos no terceiro capítulo, as fundamentações teóricas que embasaram esta pesquisa. Através de teorias da comunicação elucidamos os pontos que consideramos importantes neste trabalho, que são o jornalismo e a política.

No quarto capítulo expomos um resumo da história dos objetos analisados neste trabalho, a fim de conhecer e explorar a trajetória dos candidatos e dos meios de comunicação, tornando mais compreensível a análise proposta pelo autor deste trabalho.

A análise encontra-se no quinto capítulo. Lá mostramos o resultado da pesquisa realizada semanalmente, esmiuçando os assuntos considerados importantes que foram publicados nas revistas Carta Capital e Veja.

Por fim, no último capítulo textual, apresentamos as considerações finais com as consequências e desdobramentos encontrados por nós no presente trabalho.



## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentamos as fundamentações teóricas que darão base a nossa pesquisa. Através de livros, artigos e trabalhos relacionados com a comunicação e política, procuramos definições e conceitos que possam enriquecer a análise que será feita.

Para entendermos melhor como os meios de comunicação influenciam a opinião pública, apresentamos a *Agenda Setting*, a partir dos textos do elaborador do conceito McCombs (2009) e de Fábio de Oliveira Nobre Formiga (2006), que analisa o tema. No ponto de vista da produção e seleção das notícias, iremos apresentar o conceito *Gatekeeper*, através de autores como Nelson Traquina (2005) e Mauro Wolf (2008). Também recorreremos a esses autores para explicar a *Teoria Organizacional e Teoria de Ações Políticas*, que estudam o relacionamento entre jornalista, organizações e política.

Essas teorias foram escolhidas pois a nossa pesquisa irá analisar duas organizações que, como sabemos, têm as suas preferências ideológicas e políticas, cada uma com as suas prioridades e escolhas do que será publicado. Por isso a importância de entendermos através desses conceitos que explicam a relação entre jornalistas e editores, a produção e seleção do que será vinculado. Além disso, essas teorias estão ligadas diretamente com política por serem pesquisadas em épocas eleitorais e por analisarem o comportamento entre mídia e Estado.

E, para discutirmos mais a relação entre o sistema de mídia com o sistema político, iremos explorar o artigo de Fernando Antônio Azevedo (2006) que recorre aos modelos de análise propostos por Hallin e Mancini (2004).

### 2.1 AGENDA SETTING

*Agenda setting* ou Teoria do Agendamento foi elaborada no final dos anos 60 e início dos anos 70, por Maxwell McCombs e Donald Shaw. A teoria tem como base as percepções do livro *Opinião Pública*, de 1922, do jornalista Walter Lipmann, que já havia manifestado que os grandes grupos midiáticos mandavam na opinião pública naquela época.

A manifestação de Lipmann é o ponto principal da *Agenda Setting*. “Segundo essa hipótese, a mídia, pela seleção, disposição e incidência dos seus produtos, determina os temas sobre os quais o público falará e que discutirá” (BARROS FILHO, 2008, p. 10).

Lipmann foi o primeiro a estudar a tese da opinião pública, mas as pesquisas empíricas sobre o conceito viriam anos depois. Primeiro no ano de 1940, em Ohio, quando o sociólogo Paul Lazarsfeld e sua equipe entrevistaram sete eleitores durante o período da eleição presidencial americano.

Em 1968 os professores McCombs e Shaw decidiram fazer uma nova pesquisa em Chape Hill, Carolina do Norte, durante a campanha eleitoral norte-americana. De acordo com McCombs (2009), a hipótese deles era que a mídia estabelecia uma agenda de temas para a campanha política influenciando o caráter dos eleitores. O autor também cita que foi neste período que surgiu o nome Agendamento.

No questionário, feito apenas com eleitores indecisos por não terem identificação partidária, e por isso, serem mais abertos à informação política, os entrevistados deveriam citar os temas que julgavam ser mais relevantes no seu cotidiano. Os autores chegaram à conclusão que os principais temas da agenda do público se assemelhava muito com os temas da agenda da mídia. “Em outras palavras, a saliência dos cinco temas-chave entre os eleitores indecisos era virtualmente idêntico à saliência destes temas na cobertura das notícias nas semanas recentes” (MCCOMBS, 2009, p.23).

Uma nova pesquisa aconteceria alguns anos depois. Formiga (2006) afirma que o resultado da pesquisa em Chape Hill não ficou evidente e por isso os professores decidiram partir para uma investigação mais aprofundada com instrumentos metodológicos mais aperfeiçoados. No estudo de 1972, Maxwell McCombs e Donald Shaw fizeram uma investigação em Carolina do Norte, dessa vez com mais eleitores e com um prazo maior.

No mesmo ano, McCombs e Shaw publicaram os resultados e as conclusões das pesquisas realizadas no livro intitulado *The Agenda Setting Function of Mass Media*, e assim “[...] inaugurava decisivamente uma nova orientação no estudo dos efeitos de comunicação de massa, distante da consideração da persuasão como objeto de estudo central”, (FORMIGA, 2006, p. 19).

Neste sentido, McCombs e Shaw conseguiram comprovações que durante as campanhas as mídias podem mudar a opinião do público.

Embora não seja conclusiva a evidência de que os meios de comunicação de massa alterem profundamente as atitudes em uma campanha, é muito mais forte a evidência de que os eleitores aprendam pela imprensa quantidade de informação disponível durante cada campanha. (MCCOMBS, p.71, 2009)

Segundo McCombs (2009), os editores e diretores das grandes mídias conseguem prender nossa atenção e influenciar nas questões mais importantes do dia-dia. Para o autor, os jornais dão diversas pistas sobre um determinado assunto para focar na recepção do consumidor. Essas pistas se dão através de manchetes, capas e matérias principais. No caso da TV, através de chamadas ao longo da programação, e o tempo gasto com a matéria. Ao analisar dessa forma, o autor recorre ao conceito *gatekeeper*, que veremos na próxima seção, para aplicá-la na *agenda setting*. De acordo com o autor, a mídia é quem diz o que é importante, “A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública” (MCCOMBS, 2009, p.18).

O estudo de Agenda-setting tem atraído uma grande quantidade da atividade acadêmica para a influência da agenda dos meios de comunicação na agenda do público. Tal influência é analisada em todos os seus aspectos: a priorização temática do público, o papel da necessidade de orientação, o impacto das condições do mundo real e outras condições externas contingenciais, o poder das agendas externas sobre a agenda dos meios informativos e as conseqüências de toda esta atividade de fixação da agenda nas atitudes, opiniões e comportamento das pessoas. (FORMIGA, p. 86, 2006)

Depois de 1973, muitos pesquisadores estudaram sobre o tema e estas novas perspectivas ajudaram a compreender melhor a agenda midiática e a agenda do público.

### **2.1.1 GATEKEEPER**

Durante a campanha eleitoral deste ano no Brasil, o olhar da mídia estava nos candidatos à Presidência da República e, neste período, milhares de notícias eram lançadas diariamente. Os meios de comunicação estudados neste trabalho têm os seus vieses políticos e cada um tem os seus métodos de separação e apuração das notícias. Esse método seletivo do que será vinculado tem um nome: *gatekeeping*.

Podemos perceber que em época de eleição os jornais, revistas, TV e rádio, ficam mais expostos e sujeitos a cobranças por parte do público sobre temas que julgamos favorecer ou desmerecer certo candidato, dependendo da abordagem dada pelo meio de comunicação.

No livro *Teorias do Jornalismo*, de Nelson Traquina (2005), o autor menciona que o termo *gatekeeper* foi introduzido ao jornalismo por David Mannig White, nos anos 50. White foi o primeiro a estudar o conceito, contribuindo com uma das teorias mais importantes sobre notícia.

O conceito *gatekeeper* surgiria alguns anos antes de White implementá-lo ao jornalismo. De acordo com WOLF (2008), o termo foi elaborado pelo psicólogo Kurt Lewin, num estudo doméstico ligado as decisões de consumo de alimentos domiciliares.

Voltando ao estudo de David Mannig White, a teoria baseia-se no processo de escolhas de uma pessoa ou de grupos. *Gates*, traduzindo para o português, significa portões, ou seja, para ser publicada a notícia deve passar por esses “portões”. Se a decisão for favorável a notícia passa pelo “portão”. Agora, se a sua publicação for impedida, significa a não publicação, pelo menos naquele órgão de comunicação. Os estudos de White fundamentam-se nas pesquisas de Mr. Gates, que apurou os motivos de aceitar ou rejeitar as notícias. Segundo Traquina (2005), a conclusão a que Withe chegou é que o processo de seleção das notícias é fundamentado através das experiências e atitudes adquiridas pelos jornalistas ao longo da vida, ou seja, o produto final é formado pelas intenções do indivíduo.

Carta Capital e Veja possuem o seus *Gates*, que ficam evidentes em períodos eleitorais. Isso ocorre pois essas organizações escolhem o que vão publicar. Um exemplo é o atentado que o candidato Jair Bolsonaro sofreu. A revista Veja deu ênfase ao caso e deu capa para o acontecimento, já a revista Carta Capital decidiu não dar importância para esse assunto estampando outra capa. Fica claro nesse e em outros acontecimentos que veremos no capítulo que trataremos a análise comparativa que as revistas publicam acaba por alavancar ou de despromover as candidaturas nos períodos eleitorais, principalmente quando temos as pesquisas de intenção de voto revelando qual candidato vai bem e qual vai mal.

Nesse ponto o jornalista não tem muito que fazer. Como qualquer empresa, as mídias possuem as suas políticas de privacidade e os funcionários devem obedecer, contrariando suas opiniões e posicionamentos políticos. É o que veremos na próxima sessão.

### 2.1.1.1 TEORIA ORGANIZACIONAL

Outro conceito importante para a fundamentação do nosso trabalho surgiu nos anos 50, pelo sociólogo norte-americano Warren Breed, que publicou o primeiro estudo sobre a *Teoria Organizacional*.

De acordo com Nelson Traquina (2005), no artigo “Controle Social da Relação”, Breed desenvolve as ideias sobre a *Teoria Organizacional*, colocando o jornalista no ambiente e nas regras impostas pela organização para a qual trabalha. Com isso Breed determinou que o diretor das redações são os responsáveis pelo posicionamento que os jornalistas tomam.

Traquina (2005) escreve que o jornalista acaba obedecendo às normas empresarias por recompensa ou punição de seus superiores e que os diretores controlam o trabalho dos jornalistas. “Assim, na teoria organizacional, a ênfase está num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma cultura organizacional, e não uma cultura profissional” (TRAQUINA, p. 153, 2005).

Podemos notar que neste conceito diferentemente dos *gatekeepers* o olhar está dentro das empresas. A teoria discute a relação entre subalternos e subordinados. Implica-se dizer que o termo *gatekeeper* refere-se a quem produz a notícia: o jornalista. Já na teoria de Breed, que dá nome a essa sessão, o estudo abrange o comportamento editorial das organizações.

Nelson Traquina (2005) recorre a Breed (1955) para nos apontar seis fatores que promovem o conformismo dos jornalistas com a política das empresas. O primeiro está ligado à autoridade institucional e às sanções; o segundo, a os sentimentos de obrigação e de estima com os superiores; o terceiro, às aspirações de mobilidade; o quarto está associado à ausência de grupos de lealdade em conflito; o quinto, ao prazer da atividade; por fim, o sexto, está relacionado às notícias como valor.

O primeiro item está ligado diretamente às punições impostas pelos chefes. Os diretores têm autonomia de escolher quem irá fazer as coberturas jornalísticas, e nem todas as coberturas são consideradas atraentes pelos profissionais: enquanto uns fazem matérias interessantes, outros fazem matérias menos agradáveis. Outras sanções envolvem a reescrita de textos ou censuras nas produções, assinatura ou não assinatura da produção, levando-se em conta

que é sempre agradável ter o nome do jornalista publicado, e a colocação do produto em destaque, nesse caso referindo-se à importância de ter uma produção na primeira página do que nas páginas interiores.

O segundo ponto nos mostra que o jornalista iniciante pode ter um sentimento de admiração e prestígio pelos jornalistas mais experientes que o tenham ensinado. Também pode acontecer um laço de amizade com os seus superiores, configurando um conformismo em tudo que lhe for ordenado.

As aspirações de mobilidade, como descreve Traquina (2005), nada mais são do que a obediência que os profissionais de atividade jornalísticas têm pela política editorial. O autor cita que, nos estudos realizados por Breed (1955), os jornalistas consideravam que confrontar a ideia imposta pela a empresa seria um obstáculo no avanço de suas carreiras.

O quarto motivo está ligado, segundo o autor, ao ambiente tranquilo das redações e o fato dos sindicatos não se intrometerem nos assuntos internos das organizações.

No penúltimo fator, Traquina (2005) transmite a ideia de Breed (1955) dizendo que os jornalistas gostam do seu trabalho e que muitos poderiam estar em empregos melhores e com uma condição financeira melhor, mas preferem ficar nos jornais.

No último fator, Traquina (2005) descreve as notícias como valor colocando o jornalista como uma verdadeira máquina de informação, trabalhando constantemente para obter mais e mais notícias sem reclamar da política editorial. Para isso, é necessário ir até a notícia, entregá-la até o horário de fechamento e às vezes os critérios para uma boa execução são tapados para a obtenção de mais notícias.

A fonte de recompensa do jornalista não se localiza entre os leitores, que são manifestamente os seus clientes, mas entre os seus colegas e superiores. Em vez de aderir a ideais sociais e profissionais, o jornalista redefine os seus valores até o nível mais pragmático do grupo redatorial. (TRAQUINA, p. 157, 2005)

Com as explicações de Nelson Traquina (2005), podemos concluir que Breed, entende que os jornalistas não confrontam as políticas editoriais por medo das sanções e por recompensas pelos serviços prestados em certas ocasiões deixando de lado a qualidade da notícia e o seu receptor, no caso os leitores, para agradar somente o desejo da organização em que trabalha.

### **2.1.1.1.1 AS TEORIAS DE AÇÃO POLÍTICA**

As teorias de ação política têm como principal foco de seus estudos a investigação da relação entre jornalismo, sociedade e política. Conforme Traquina (2005) o estudo dedica-se a responder questões como as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o caráter social das notícias e a responsabilidade do Estado em corresponder às enormes expectativas em si depositadas.

Essa teoria ganhou força nos anos 70 e ficou conhecida como estudo da parcialidade. Como o próprio nome diz, o objetivo era investigar se os jornais mantinham parcialidade nas matérias apresentadas ou se havia distorções nos textos noticiosos.

Essas distorções também são abordadas por Wolf (2008). Segundo o autor, os estudos revelam uma distorção involuntária que estão ligadas às práticas profissionais, aos valores e às experiências vinculadas ao desempenhar o trabalho de informar. Mas quando há pressões e influências externas, descaracterizam uma possível distorção involuntária.

A investigação no estudo da parcialidade parte do princípio de que as notícias devem refletir a verdade sem distorção. A neutralidade das mídias são parâmetros para a confiança e prestígio do público. Os jornalistas têm o papel de informar a população e expor os abusos e a corrupção, sempre contando a verdade, doa a quem doer.

Traquina (2005), argumenta que diversos estudos foram realizados sobre o tema e nessas pesquisas a principal justificativa para as distorções são os interesses políticos, na maioria das vezes visando o lucro. Nas investigações surgiram dois pontos para as distorções acontecerem no aspecto político: a versão da esquerda, que as mídias ajudam a manter o sistema capitalista; a versão da direita, que as mídias servem como instrumento que põem em questão o capitalismo.

Para explicar a versão da direita, Traquina traz os estudos de Kristol (1975) e Efron (1971), que classificam as grandes mídias como uma “nova classe” que tem interesse em expandir atividade reguladora do Estado à custa das empresas privadas. Nesta versão os jornalistas formam uma classe social específica e distorcem as notícias com o objetivo de veicular ideias anti-capitalistas.

Ainda nesta teoria, mas no ponto de vista de Rothan e Lichter (1986), Traquina escreve que, na visão dos autores, os jornalistas têm um papel ativo, pois estão dispostos a injetar suas opiniões políticas no produto final jornalístico, e os seus valores são mais voltados à esquerda do que a população em geral norte-americana. Assim, os valores coletivos jornalísticos são diferentes do da população em geral.

Na versão da esquerda, o papel do jornalista é pouco relevante. Traquina (2005) cita os estudos de Herman e Chomsky (1989) para formular as perspectivas de esquerda. Os autores defendem que o conteúdo da notícia não é determinado pelo jornalista nem pela organização, mas sim pela economia. Assim, o poder econômico dita aos diretores e jornalistas o que vai ser publicado nos jornais.

Ainda referente aos estudos de Herman e Chomsky (1989), Traquina (2005, p. 163 e 164) coloca os cinco fatores que para os autores explicam a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista. O primeiro está relacionado com a estrutura de propriedade dos *media*; o segundo, com a procura do lucro e a importância da publicidade; o terceiro, com as dependências dos jornalistas por fontes governamentais e fontes do mundo empresarial; a quarta, com as ações de retaliação de pessoas influentes em caso de notícias que os contrarie; e a quinta, com a ideologia anticomunista dominante entre a comunidade jornalística norte-americana

Com isso, segundo Herman e Chomsky, existe uma forte ligação entre os meios de comunicação, as empresas e o governo. Assim toda cobertura de um acontecimento pela mídia acaba tornando-se uma grande campanha de publicidade, e essas coberturas podem mobilizar o apoio da população para ações políticas, aponta Traquina, concluindo que “nas *teorias de ação política*, os *media* noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente certos interesses políticos”. (TRAQUINA, 2005, p. 163).

### **3.1.1.1.2 RELAÇÃO ENTRE O SISTEMA DE MÍDIA E O SISTEMA POLÍTICO**

Agora veremos como é o relacionamento entre mídia e Estado no Brasil. Para isso, tomamos como base o autor Fernando Antônio Azevedo (2006), que disserta sobre os modelos de análise propostos por Hallin e Mancini (2004).



Através de uma pesquisa empírica Hallin e Mancini, compararam o sistema de mídia e o sistema político de 18 países, nove do norte da Europa (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia, e Suíça), cinco países do sul da Europa (França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha) e quatro países do Atlântico (Canadá, Grã-Bretanha, Irlanda e Estados Unidos).

Cada região foi batizada com um nome, devido a suas características. O modelo corporativista-democrático, simbolizados pelos países do norte da Europa, o modelo pluralista polarizado, que tipifica os países do Sul da Europa, e o modelo liberal, característico dos países do Atlântico Norte.

Segundo Azevedo (2005), os autores consideraram quatro dimensões críticas para definir o sistema midiático, que são: o mercado de mídia, o paralelismo político, o desenvolvimento do jornalismo profissional e o grau da intervenção estatal no campo da comunicação.

A primeira, está relacionado ao consumo de produção da mídia; a segunda, à relação da mídia com políticos, partidos e governo; a terceira, ao grau de profissionalismo do jornalismo e, finalmente, a última, à capacidade de intervenção do Estado no setor de comunicação.

Na esfera política, Hallin e Mancini elegeram como fundamentos para pesquisa: a história política, o modelo democrático, valores políticos e funções do Estado.

Na concepção de Azevedo (2005), por particularidades gerais dos três modelos, o sistema brasileiro assemelha-se mais com o sistema pluralista polarizado, característico dos países do sul da Europa. Do ponto de vista político as similaridades são muitas: passado autoritário, que implicou no enfraquecimento da imprensa por diversos anos, a redemocratização recente, os embates polarizados entre esquerda e direita, e o passado autônomo e intervencionista do Estado.

No ponto de vista da mídia brasileira, as principais semelhanças são: a baixa circulação de jornais, orientados predominantemente para a elite (os chamados “formadores de opinião”), a centralização das informações voltadas para a TV e o rádio, a liberação tardia da imprensa, somados com a fragilização dos jornais no ponto de vista econômico, que dependem de doações governamentais para sobreviver. O jornalismo é considerado opinativo nas questões ideológicas,

políticas e econômicas, não havendo um setor de regulação na comunicação.

Para relacionar o sistema de mídia e o sistema político brasileiro, Azevedo (2005) utiliza o segundo fator para comparar o sistema midiático: o paralelismo político.

O autor aplica novamente Hallin e Mancini para lembrar que esse é o conceito mais próximo para definir a relação entre os meios de comunicação e a esfera política, e salienta o que já vimos nas teorias da comunicação, a respeito dos posicionamentos políticos das organizações e como isso impacta os jornalistas.

Primeiro, porque nenhum analista sério seria capaz de defender a idéia de que objetividade e neutralidade existem de fato em algum jornal do mundo, pois um grande número de pesquisas mostra que os jornalistas compartilham crenças ideológicas como qualquer outro indivíduo e que os padrões de recrutamento profissional e as rotinas produtivas nas redações incorporam consciente ou inconscientemente valores culturais e políticos. Segundo, porque jornais comerciais frequentemente assumem posições políticas e até mesmo partidárias (especialmente nos momentos eleitorais), enquanto que jornais partidários podem adotar, e muitos adotam, normas de equilíbrio e balanceamento em suas reportagens. (AZEVEDO, 2005)

Por fim, antes de analisar os sistemas brasileiros, Azevedo (2005) coloca os indicadores apontados por Hallin e Mancini para caracterizar o grau de paralelismo político. De acordo com ele, são: as conexões entre imprensa e organização política, interferência da mídia na vida política, principalmente no período eleitoral, o predomínio de comentário e análise visando influenciar a opinião pública. Mas o indicador mais básico seria o conteúdo divulgado pela mídia, o seu volume e o seu enquadramento.

De acordo com o autor, a relação entre mídia e política começou em 1946, no envolvimento partidário, entre PSD e UDN. Segundo Azevedo (2005), a imprensa tinha uma forte participação nas lutas políticas daquela época. Jornais como *Folha de São Paulo* e *O Globo* já faziam oposição ao governo Vargas e apoiavam a UDN. Nessa época já havia uma definição de órgãos que seriam conservadores no ponto de vista econômico e político.

Os anos seguintes foram marcados pelo regime militar e pela censura à imprensa, e com isso houve uma baixa atividade dos meios de comunicação relacionados à política. O paralelismo político nessa época, quando ocorreu, foi ser oposição ao regime. Apesar da censura, esse período ficou marcado com a expansão do mercado de comunicação. Grandes marcas surgiram nesses anos, como a *Rede Globo* (principal rede nacional), e a revista de estudo do nosso

trabalho, a *Veja*. Paralela a toda essa transformação, acontecia um rápido processo de regulamentação e profissionalização jornalística.

Azevedo (2005) ainda menciona que as críticas ao regime militar ficaram confinadas com a imprensa escrita. Jornais como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* seguiriam esse caminho de fazer uma oposição moderada, por causa das sanções impostas pelo governo. Já a *Rede Globo* e os outros meios de comunicação eletrônicos fizeram um apoio espontâneo ao governo. Com as revogações dos atos institucionais e a Lei da Anistia, em 1979, com o retorno das eleições diretas, em 1982, a imprensa voltou a atuar livremente, refletindo na opinião pública. Para o autor ficou marcado o processo das Diretas Já, em 1983 e 1984, uma vez que a *Folha de S. Paulo* foi o grande emissário, enquanto a *Rede Globo* acobertava as manifestações populares e o debate nacional para Presidência da República.

Com a redemocratização, o primeiro grande evento político com participação da mídia ocorreu em 1989, na disputa entre o candidato de esquerda Lula, e o de direita, Collor. Azevedo (2005) cita alguns autores (LIMA, 1990; ALBUQUERQUE, 1994; SOARES, 1997; GUIMARÃES e VIEIRA, 1989; RUBIM, 1995; AGUIAR, 1995) que foram fonte de pesquisa para indicar que a cobertura da grande imprensa foi favorável a Collor, pois era o único que poderia derrotar a esquerda naquelas eleições. O apoio ao candidato conservador veio da imprensa que é considerada historicamente conservadora.

A crise do governo Collor ficou marcada como um divisor de águas para a mídia, principalmente para o jornalismo político, segundo Azevedo (2005). Nesse período a grande imprensa foi responsável por acusá-lo como um dos principais autores da crise e por incentivar o processo de *impeachment*. “Nessa dinâmica marcada basicamente pelo jornalismo investigativo, a mídia brasileira mimetizou a função clássica do cão-de-guarda (*watchdog*) da teoria liberal do jornalismo assumindo o papel de vigia e fiscalizador do sistema político” (AZEVEDO, 2005).

A criação do Plano Real durante o governo de Itamar Franco (1992-1994) levou a grande imprensa a apoiar as medidas tomadas pelo governo para recuperação da economia. Por isso, de acordo com Azevedo (2005), houve um leve apoio à candidatura de FHC, em 1994, mas não como havia acontecido em 1989.

Os quatro primeiros anos de Fernando Henrique Cardoso foram marcados por crises mundiais, e como o presidente conseguiu equilibrar as coisas por aqui, foi inevitável a visibilidade positiva que o governo adquiriu. Com isso, a grande imprensa renovou o apoio eleitoral a FHC.

Segundo Azevedo (2005), a partir de 1994, os meios de comunicação passaram a equilibrar mais as notícias dedicadas aos candidatos, exceto as revistas (objeto de estudo neste trabalho), que apoiam abertamente. O autor menciona que esse equilíbrio talvez tenha ficado mais evidente em 2002. Tirando novamente as revistas *Veja*, que apoiou o candidato José Serra (PSDB), *Carta Capital* que ajudou na campanha de Lula (PT), e as revistas *Época* e *Istoé* que se posicionaram neutras.

A pesquisa de Azevedo (2005) enfatizou as eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002 e mostrou as mudanças de informação e de opinião dos meios de comunicação ao longo desses anos, bem como as mudanças na esfera política. Com isso o autor conclui que essas mudanças representam um avanço, que nos deixam mais próximos das funções básicas da imprensa, como fiscalizar o poder, promover debates e mobilizar civicamente a população.

Para a nossa análise é importante observar que as revistas são uma exceção quando o assunto é equilíbrio e parcialidade das notícias. Essas por sua vez, trazem textos opinativos sobre os candidatos, principalmente em época de eleição.

### 3. CENÁRIO

A eleição de 2018 foi a segunda maior em número de candidatos concorrentes ao cargo de Presidente da República desde a redemocratização em 1989 e, a disputa deste ano perde justamente para a de 1989. No ano em que Fernando Collor de Melo foi eleito, 22 candidatos concorreram ao pleito, tendo o maior número de postulantes da história. Neste ano, 13 presidenciáveis disputaram o voto do eleitor no primeiro turno das eleições.

As semelhanças com 1989 não param por aí. Naquele ano disputaram o segundo turno Fernando Collor de Melo (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Depois disso, houve uma concentração de votos entre os candidatos do PT e do PSDB. Vinte e quatro anos depois, não teremos um embate entre PT e PSDB para o cargo mais alto do executivo. Geraldo Alckmin (PSDB) não conseguiu repetir o aproveitamento que ele próprio atingiu em 2006. Dos seus colegas de partido, José Serra (2002 e 2010), e Aécio Neves (2014), todos foram derrotados no segundo turno por petistas. Em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso foi o único tucano que derrotou o PT, e a vitória aconteceu ainda no primeiro turno. No jogo eleitoral deste ano, Alckmin e o PSDB deram lugar ao modesto PSL, representado pelo deputado federal Jair Bolsonaro. O PT, com Fernando Haddad, continua no jogo, mas sentindo os escândalos de corrupção e o antipetismo que se alastrou pelo país. A polarização entre PT e PSDB começou em 1994, e ela diz muito sobre o resultado das eleições 24 anos depois.

A primeira e a segunda disputa foram entre Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as duas vencidas pelo candidato tucano. A primeira, em 1994, veio muito por conta do Plano Real, chefiado e elaborado por FHC quando foi ministro da fazenda e ajudou a estabilizar a economia no país. Com o sucesso do plano, foi eleito Presidente com 54,24% dos votos válidos. Na segunda, em 1998, obteve 53,06% dos votos válidos, tornando-se o primeiro presidente a ser reeleito.

Os quatro primeiros anos de FHC no governo foram marcados pela continuidade das reformas econômicas idealizadas por ele quando era ministro. Houve avanços na área da saúde, educação e programas como o Auxílio Gás e o Bolsa Família. Em 1997 foi aprovado pelo Congresso uma Emenda Constitucional que aprovava a reeleição nos cargos executivos. Com essa mudança FHC se reelegeu. No seu segundo mandato Fernando Henrique enfrentou dificuldades econômicas e acabou perdendo fôlego e credibilidade com a população<sup>1</sup>.

Nos dois confrontos seguintes, melhor para o PT. Em 2002, Lula conseguiu levar as eleições para o segundo turno e derrotou José Serra. Após três derrotas consecutivas, o petista chegava ao Palácio do Planalto pela primeira vez. Em 2006, o PSDB apostou em um novo nome: Geraldo Alckmin, porém o tucano não foi páreo para reeleição de Lula. Com 60,83%, o petista ficaria mais quatro anos no poder.

Na administração de Lula houve uma abrangência nos planos sociais e, sob seu comando, foram criados programas importantes como o Fome Zero, que diminuiu significativamente a fome no Brasil, a evolução e melhoria do Bolsa Família e o Bolsa Escola. Em 2005, o escândalo do Mensalão não agarrou-se a Lula. Em seu segundo mandato uma crise mundial afetou a economia de muitos países e, no Brasil, na medida do possível, as coisas foram controladas e o petista deixou o cargo em alta<sup>2</sup>.

Na eleição de 2010, Lula não poderia candidatar-se por já ter governado o país em dois mandatos consecutivos. Para dar continuidade ao projeto, Dilma Rousseff foi escolhida para concorrer à eleição presidencial, vencendo no segundo turno, derrotando José Serra e tornando-se a primeira mulher eleita para ser chefe de Estado em toda a história do Brasil.

O ano de 2014 foi o último embate até o momento entre PT e PSDB para Presidência da República. Com os três fracassos consecutivos diante do PT, os tucanos decidiram colocar Aécio Neves para disputar o pleito daquele ano. Na disputa mais acirrada desde a redemocratização, Dilma venceu com pouco mais de três milhões de votos a mais do que Aécio.

O governo Dilma iniciou-se dando continuidade a boa parte dos projetos do governo Lula e programas como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida foram mantidos. Em 2013, grandes manifestações contra a corrupção aconteceram em várias cidades brasileiras, e foi nesse período que o índice de insatisfação ao governo Dilma cresceu. Mesmo assim, a presidenta conseguiu a reeleição, porém em seu segundo mandato a crise econômica agravou-se. No ano de 2016, com uma oposição forte ao seu governo, deputados e senadores votaram pela abertura de processo de impeachment de Dilma, por crime de responsabilidade fiscal. Seu sucessor foi o vice-presidente Michel Temer (PMDB), que tomou posse em 31 de agosto de 2016<sup>3</sup>.

O peemedebista assumiu em meio a uma grave crise política e econômica. Diante desse cenário, Temer propôs a Reforma Trabalhista, que foi aprovada em julho de 2017 e alterou mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Outra proposta foi a Reforma da Previdência, que mudaria as regras para aposentadoria, ainda não votada pelo Congresso. Nesses dois anos, Temer foi investigado e denunciado por desvio de dinheiro e obstrução na Justiça. Com ajuda de deputados que votaram contra, o Supremo Tribunal Federal (STF) não pôde investigar o caso. Durante todo o mandato, Michel Temer teve um alto índice de rejeição, tornando-se o presidente mais impopular da história<sup>4</sup>.

Ao que vemos, há um enfraquecimento político dos partidos, principalmente, devido a acusações sobre corrupção que atingem ambos. Pelo PT temos o ex-presidente Lula, maior força política do partido, que foi preso em deflagração da operação Lava Jato. Pelo PSDB, Aécio Neves, também réu na operação Lava Jato por crimes de corrupção passiva e obstrução à Justiça, se manifestou a favor do impeachment de Dilma Rousseff e se vinculou ao governo de Michel Temer, presidente com o menor índice de popularidade da história desde a redemocratização. Quem soube aproveitar o envolvimento em escândalos políticos dos dois principais partidos nos últimos anos foi o candidato Jair Bolsonaro.

---

<sup>1</sup> Informações sobre o Governo do presidente de FHC, disponível em:  
<https://www.infoescola.com/historia/governo-de-fernando-henrique-cardoso/>

<sup>2</sup> Informações sobre o Governo do presidente de Luís Inácio Lula da Silva, disponível em:  
<https://www.infoescola.com/mandatos-presidenciais-do-brasil/governo-lula/>

<sup>3</sup> Informações sobre o Governo da presidenta Dilma Rousseff, disponível em:  
<https://www.infoescola.com/historia/governo-de-dilma-rousseff/>

<sup>4</sup> Informações sobre o Governo do Presidente Michel Temer, disponível em:  
<https://exame.abril.com.br/brasil/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-temer/>

### 3.1 CANDIDATURAS <sup>5</sup>

Com esse quadro político no país, as candidaturas foram surgindo ao longo de 2018. Alguns nomes que já eram conhecidos e já haviam tentado em outras eleições concorrer para presidência, apareceram no cenário deste ano. Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), José Maria Eymael (DC) e Marina Silva (REDE) já buscaram em outros anos chegar ao Palácio do Planalto. Álvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriota), Fernando Haddad (PT), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoêdo (Novo), João Goulart Filho (PPL) e Vera Lúcia (PSTU), tentaram pela primeira vez nessas eleições chegar a Presidência da República.

Durante o período da pesquisa, que corresponde a uma boa parte do período eleitoral, os candidatos viajaram por todo o país, gravaram e apresentaram suas propostas na TV e no rádio, participaram de debates e, aos poucos, os eleitores iam conhecendo os projetos de cada concorrente ao cargo mais importante do país.

O PSL oficializou a candidatura de Jair Bolsonaro em convenção realizada no Rio de Janeiro. No sétimo mandato como deputado federal, o militar do Exército iniciou a corrida pela presidência liderando as pesquisas em um cenário sem o ex-presidente Lula. Como vice, na coligação Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Participou de dois debates no primeiro turno, um pela Rede Bandeirantes e outro pela RedeTV. Também participou da entrevista no Jornal Nacional, na Rede Globo.

A candidatura de Bolsonaro tinha duas contestações, mas foi deferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 6 de setembro e, na mesma data, o militar foi esfaqueado em Juiz de Fora, Minas Gerais. Na ocasião, o deputado fazia passeata pela cidade quando foi atingido na barriga por Adélio Bispo de Oliveira. Bolsonaro foi levado às pressas à Santa Casa de Juiz de Fora, onde se constatou que a facada havia lesionado o intestino grosso e delgado, além de provocar uma grande perda de sangue. No dia seguinte, foi transferido para o Hospital Albert Einstein, onde ficou internado até o dia 29 de setembro.

Por conta da recuperação o candidato não fez mais viagens de campanha e não compareceu aos debates. No último, exibido pela Rede Globo, Bolsonaro preferiu dar uma entrevista exclusiva para Rede Record no mesmo horário do debate. Por essa atitude, o deputado



foi muito criticado pelos outros concorrentes, que diziam que o candidato estaria com medo do confronto e por isso concedeu entrevista para não sair da zona do conforto.

Sua campanha também ficou marcada por manifestações. No dia 29 de setembro, com hashtag #Elenão, propagada nas redes sociais, milhares de mulheres foram às ruas protestar contra o deputado. O evento ocorreu em diversas cidades do país e do mundo. No dia seguinte, foi a vez dos apoiadores irem às ruas. As maiores concentrações aconteceram em Brasília e em São Paulo, na Avenida Paulista.

Os principais pontos abordados pelo candidato no plano de governo são: diminuir os ministérios e reduzir a dívida pública em 20% com privatizações, na área da segurança, Bolsonaro prometeu reformular o estatuto do desarmamento, liberando o porte de arma para a população, além de investir nas polícias, na educação, o deputado tem ideias conservadoras, e é a favor da Escola sem Partido e sem orientação sexual nas unidades de ensino.

Fernando Haddad foi o último a ser oficializado como candidato. Inicialmente era considerado vice de Lula na convenção pelo PT. Após a decisão que barrou a candidatura de Lula, condenado e preso pela Lava Jato, o partido foi obrigado a mudar o seu cabeça de chapa. Com isso, Haddad foi escolhido e passou a ter Manuela D'Ávila (PCdoB), deputada gaúcha, como sua vice.

A candidatura só veio no dia 11 de setembro, o que deixou o candidato em desvantagem em relação aos concorrentes. Haddad teve menos de um mês para apresentar-se ao povo brasileiro. Por conta da indefinição de quem representaria o PT na eleição presidencial de 2018, os primeiros debates não tiveram Fernando Haddad.

O plano de governo tinha como prioridade acabar com projetos como teto de gastos, reforma trabalhista e reforma da aposentadoria apresentadas pelo governo Temer. O petista também falou em combater a privatização. Prometeu acabar com o auxílio moradia e reduzir férias, no Poder Judiciário.

Ciro Gomes concorreu à Presidência da República pela terceira vez. Foi derrotado em 1998 e 2002 e agora em 2018. Foi deputado estadual e federal, prefeito de Fortaleza, governador do Ceará e ministro nos governos de Itamar Franco e Lula. A vice na chapa é a senadora Kátia Abreu, também do PDT.

Antes da oficialização de Haddad, Ciro estava na segunda posição, o que levava o pedetista ao segundo turno. Mesmo com a queda para o terceiro lugar, o candidato se mantinha confiante mesmo com os resultados da pesquisa sendo desfavoráveis.

A candidatura de Ciro foi considerada por muitos como uma alternativa para não eleger Bolsonaro e nem dar continuidade ao governo do PT. Diversos intelectuais apoiaram abertamente o ex-governador do Ceará no primeiro turno.

O candidato do PSDB foi Geraldo Alckmin. O ex-governador de São Paulo, tentou pela segunda vez concorrer ao Palácio do Planalto. Em 2006, Alckmin foi derrotado no segundo turno pelo ex-presidente Lula. Neste ano o candidato contou com apoio de diversos partidos, que eram disputados por outros presidenciáveis, Além do PSDB, formaram a coligação o PP, DEM, PR, Solidariedade, PRB, PSD, PTB e PPS. Por conta dessa aliança, Alckmin garantiu o maior tempo no horário eleitoral gratuito. A senadora Ana Amélia, do PP, foi a vice na chapa.

Pela terceira vez seguida e pelo terceiro partido diferente, Marina Silva foi candidata à Presidência da República. Nas eleições de 2014, Marina era vice de Eduardo Campos na convenção do PSB. No dia 11 de agosto daquele ano, o candidato sofreu um trágico acidente aéreo e faleceu. Marina foi a candidata. Ficou em terceiro lugar recebendo mais de 20 milhões de votos. Em 2010, pelo PV, também ficou em terceiro lugar com uma expressiva quantidade de votos. Neste ano concorreu pelo partido que ela fundou em 2016, a Rede. O vice na chapa foi Eduardo Jorge, do PV. Nas prévias, Marina Silva despontava como favorita para chegar ao segundo turno, mas não conseguiu repetir o bom aproveitamento dos anos anteriores e perdeu o fôlego em relação aos seus oponentes.

O MDB, partido do presidente em exercício Michel Temer, oficializou a candidatura do ex-ministro da fazenda Henrique Meirelles. Germano Rigotto, também do MDB, foi escolhido como vice na chapa. O partido fechou aliança apenas com o PHS.

João Amoêdo oficializou sua candidatura pelo partido Novo. Empresário, já passou por Unibanco e Itaú. Como vice, Amoêdo teve Christian Lohbauer, também do Partido Novo. Foi a primeira tentativa na esfera política.

Guilherme Boulos candidato do PSOL é coordenador de programas como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). Com plano de governo voltado para os mais pobres e os trabalhadores, tentou pela primeira vez ser candidato à Presidência da República.

O Senador Álvaro Dias foi oficializado candidato pelo Podemos. O seu vice, Paulo Rabello do PSC, era pré-candidato para a disputa, mas desistiu dando lugar a Álvaro, que já foi vereador, deputado estadual e federal exercia o cargo de senador, quando foi eleito pelo PSDB, nas eleições de 2014.

Cabo Daciolo foi candidato pelo Patriota que decidiu não fazer aliança com nenhum partido nessas eleições. Integrante do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, Daciolo ganhou notoriedade quando liderou uma greve da categoria. Em 2014, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. A vice foi Suelene Balduino, também do Patriota.

Filho do ex-presidente João Goulart, deposto em 1964 pelo golpe militar, João Goulart Filho tentou pela primeira vez ser Presidente da República, pelo PPL. Antes já havia sido deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Seu vice foi Léo Alves.

Outra novata na disputa é Vera Lúcia do PSTU, o partido também não fez alianças para as eleições presidenciais. Operária na indústria de calçados, não tem experiências no campo político. Hertz Dias do mesmo partido, foi o vice.

Candidato pelo DC, José Maria Eymael disputou pela quinta vez as eleições. Empresário, também nunca exerceu nenhum cargo político. Teve como vice, Helvio Costa também do DC.

Outro ponto importante nessa eleição e uma arma valiosa para os políticos em época de campanha foi o horário eleitoral<sup>6</sup>. Nos últimos anos era claro que quem tinha mais tempo chegava forte na disputa, mas, nesse ano, foi diferente. Um outro fator importante vem ajudando a divulgação dos planos de governo, opiniões, ataques e defesas dos candidatos: as redes sociais.

---

<sup>5</sup>As informações sobre as candidaturas estão disponíveis

em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/eleicao-presidencial-tera-13-candidatos-veja-quem-sao.shtml>

<sup>6</sup>O tempo de TV está disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-08-23/horario-eleitoral-2018.html>

Alckmin apostava na campanha pela TV e pelo rádio para alavancar sua candidatura. Mas nem a boa parte do horário eleitoral gratuito destinado ao tucano levou-o para o segundo turno. Apesar da redução do tempo total dos programas em relação aos anos anteriores, o ex-governador de São Paulo ficou com cerca de metade do horário eleitoral (cinco minutos e trinta e dois segundos em cada bloco diário). O plano foi apresentar as propostas e atacar o PT e Bolsonaro.

O PT começou a campanha com Lula como candidato, mas, depois de ficar inelegível, Haddad virou o garoto-propaganda, ficando com o segundo maior tempo (dois minutos e vinte e três segundos). Ele apresentou o plano de governo e atacou Jair Bolsonaro.

Henrique Meirelles (MDB) teve 55 segundos e apresentou-se ao eleitorado como o presidente que iria unir o Brasil por já ter trabalhado nos governos anteriores. Álvaro Dias (PODEMOS) ficou com 40 segundos. Candidato da direita, atacou Lula, apoiou a Lava Jato e fez propostas. Ciro Gomes (PDT) teve 38 segundos no horário eleitoral. Buscando uma vaga no segundo turno, investiu contra Bolsonaro e o PT.

O primeiro colocado no primeiro turno, Jair Bolsonaro (PSL), tinha míseros 8 segundos no horário eleitoral, então a saída foi usar as redes sociais para propagar sua candidatura, provando que as campanhas na TV e no rádio não elegem mais ninguém. Assim como o candidato do PSL, os outros sete presidenciáveis tiveram tempo abaixo de 30 segundos.

### **2.1.1 RESULTADO <sup>7</sup>**

No dia 7 de outubro de 2018 aconteceram as eleições no Brasil. No primeiro turno a população votou ao todo em seis candidatos: deputado estadual, deputado federal, dois senadores, governador e presidente que irão nos representar nos próximos quatro anos. A disputa para presidente foi para o segundo turno pela quinta vez seguida. Em 13 estados e no Distrito Federal, também houve segundo turno para governador.

Durante o período de averiguação do trabalho, dezenas de pesquisas de intenção de voto foram registradas no TSE. Para compreendermos o resultado final da eleição para Presidente da República, nos embasaremos nas pesquisas feitas pelo Ibope.

O Ibope fez ao todo nove pesquisas no período e, analisando todas elas, o candidato Jair Bolsonaro esteve na liderança. Na primeira apuração, Bolsonaro aparecia com 20% da intenção de votos, a última pesquisa, ele somava 36%. Curiosamente, o deputado ganhou muitos votos após o ataque que sofreu em Juiz de Fora e as manifestações contrárias a suas ideias que aconteceram no Brasil.

Já Fernando Haddad começou mal nas pesquisas e, no mês de agosto, o candidato ainda não havia sido oficializado pelo PT como concorrente na disputa. Ele tinha apenas 4% das intenções de voto, mas após a oficialização foi subindo e saltou para 22%, levando-o à segunda colocação. A ascensão de Haddad ofuscou outras candidaturas, como, por exemplo, a de Marina Silva, que no início estava bem colocada nas pesquisas, inclusive indo para a disputa de segundo turno, mas caiu e ficou na parte de baixo.

Ciro Gomes e Geraldo Alckmin empataram dentro da margem de erro sempre oscilando entre os 10% por cento. Os demais candidatos também empatavam na margem de erro entre zero e 3% por cento.

Veja na próxima página a tabela com a representação da pontuação dos candidatos no primeiro turno da eleição Presidencial.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DOS CANDIDATOS NO PRIMEIRO TURNO

	19/08/18	03/09/18	10/09/18	18/09/18	23/09/18	24/09/18	30/09/18	02/10/18	05/10/18
<b>BOLSONARO</b>	20 %	22%	26%	28%	28%	27%	31%	32%	36%
<b>HADDAD</b>	4%	6%	8%	19%	22%	21%	21%	23%	22%
<b>CIRO</b>	9%	12%	11%	11%	11%	12%	11%	10%	11%
<b>ALCKMIN</b>	7%	9%	9%	7%	8%	8%	8%	7%	7%
<b>MARINA</b>	12%	12%	9%	6%	5%	6%	4%	4%	3%
<b>AMOÊDO</b>	1%	3%	3%	2%	3%	3%	3%	2%	2%
<b>ALVARO D.</b>	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	1%	1%
<b>MEIRELLES</b>	1%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
<b>DACIOLO</b>	1%	0%	1%	1%	0%	0%	1%	1%	2%
<b>BOULOS</b>	1%	1%	0%	0%	1%	1%	0%	0%	1%
<b>VERA</b>	1%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
<b>JOÃO G. FILHO</b>	1%	1%	0%	0%	0%	0%	-	0%	0%
<b>EYMAEL</b>	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
<b>BRANCO</b>	29%	22%	19%	14%	12%	11%	12%	11%	7%
<b>NÃO SABE/ NÃO RESPONDEU</b>	9%	6%	7%	7%	6%	7%	5%	6%	5%

Fonte: G1

Terminado o primeiro turno das eleições de 2018, a contagem de votos não desmentiu muito o cenário da última pesquisa, realizada no dia 5 de outubro. O que de fato aconteceu, foi uma mudança na porcentagem. Durante a apuração, por exemplo, em alguns momentos Bolsonaro ultrapassava os 50%, eliminando assim um eventual segundo turno. Veja na tabela como ficou o resultado final para Presidente da República.

TABELA 2 – RESULTADO FINAL DO PRIMEIRO TURNO

<b>CANDIDATO</b>	<b>PORCENTAGEM - VOTOS</b>
JAIR BOLSONARO (PSL)	46,03% - 49.277.010 votos
FERNANDO HADDAD (PT)	29,28% - 31.342.051 votos
CIRO GOMES (PDT)	12,47% - 13.344.371 votos
GERALDO ALCKMIN (PSDB)	4,76% - 5.096.350 votos
JOÃO AMOÊDO (NOVO)	2,50% - 2.679.745 votos
CABO DACIOLO (PATRIOTAS)	1,26% - 1.348.323 votos
HENRIQUE MEIRELLES (MDB)	1,20% - 1.288.950 votos
MARINA SILVA (REDE)	1,00% - 1.069.578 votos
ALVARO DIAS	0,80% - 859.601 votos
GUILHERME BOULOS (PSOL)	0,58% - 617.122 votos
VERA LÚCIA (PSTU)	0,05 – 55.762 votos
EYMAEL (DC)	0,04% - 41.710 votos
JOÃO GOULART FILHO (PPL)	00,3% - 30.176 votos

Fonte: G1

O candidato Jair Bolsonaro venceu em 16 estados e no Distrito Federal no primeiro turno das eleições. Ficou atrás de Fernando Haddad só em oito estados do nordeste, e no Pará. Ciro Gomes venceu no Ceará. Nas capitais, Bolsonaro ganhou em 23, Haddad saiu vitorioso em três, e Ciro venceu em Fortaleza, seu reduto eleitoral.

Bolsonaro conseguiu ganhar em colégios eleitorais importantes, polarizados por PT e PSDB. Na região sul do país e em São Paulo, por exemplo, há uma forte tendência de voto em candidatos do PSDB, mas o candidato do PSL conseguiu tirar o protagonismo dos tucanos e superou Alckmin. No Rio de Janeiro, sua casa, e em Minas Gerais, estados que deram a vitória ao PT desde 2006, o deputado também saiu vencedor.

O centro-oeste foi a região que Bolsonaro atingiu a maior porcentagem, 58%, contra 21% de Haddad, e 10% de Ciro. Tirando o Belém, nas outras capitais da região norte Bolsonaro também teve uma expressiva quantidade de votos.

Responsável pela vitória de Dilma em 2014, o Nordeste também levou Haddad ao segundo turno. O candidato petista obteve 50% dos votos, contra 26% de Bolsonaro, e 17% de Ciro Gomes. Em Caetés, Pernambuco, cidade onde Lula nasceu, Haddad ganhou com folga, assim como no Pará.

No exterior, Bolsonaro obteve 58,68% dos votos válidos, contra 14,55%, de Ciro e 10,14%, de Haddad.

Após o resultado, os candidatos comemoram a chegada ao segundo turno. Os dois que pela primeira vez disputavam uma eleição deixaram concorrentes de nome e já conhecidos para trás. Jair Bolsonaro não deu entrevista nem subiu em palanques, como normalmente os vencedores fazem, preferiu fazer uma transmissão ao vivo pelo Facebook. Pela rede social o candidato destacou a vitória em quatro regiões do país e lembrou da perda no Nordeste. “O agradecimento que faço é a todos os brasileiros, ganhamos em quatro regiões. Perdemos no Nordeste, mas nossa votação no Nordeste foi muito boa e tenho certeza que Deus ajudará por ocasião do segundo turno”, afirmou o deputado.

Fernando Haddad fez um pronunciamento num hotel em São Paulo, logo após a concretização do resultado. Ao lado de aliados disse que era preciso aproveitar o segundo turno com “sobriedade” e “senso de responsabilidade”. Afirmou também a vontade de união no país. “Nós queremos unir os democratas do Brasil. Nós queremos unir as pessoas que têm atenção aos mais pobres desse país tão desigual”, declarou.

Com esse resultado, chegava ao fim o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018. Uma eleição histórica, que colocou fim em uma polarização de anos e que mudou o rumo político no Brasil.

---

<sup>7</sup>Apuração final, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/brasil/>



## 4. QUEM SÃO?

Neste capítulo mostraremos um breve resumo da vida pessoal e política dos candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. Também será apresentado um pouco da história da revista Carta Capital e Veja.

### 4.1 JAIR BOLSONARO<sup>8</sup>

Jair Messias Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955, em Campinas, São Paulo, filho de Perci Geraldo e de Olinda Bonturi Bolsonaro. No ano de 1977 concluiu o curso de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Seis anos depois formou-se em Educação Física na Escola de Educação Física do Exército. No ano de 1988, já capitão do Exército, decidiu concorrer como vereador do Rio de Janeiro. Foi eleito, mas cumpriu pouco tempo de mandato, já que, em 1990, foi eleito deputado federal, cargo que ocupa até os dias de hoje. No seu segundo ano de mandato, votou a favor da abertura de impeachment do então presidente da República, Fernando Collor de Melo.

Foi um dos fundadores do Partido Progressista Reformador (PPR), em 1993. Sempre defendendo a classe militar, Bolsonaro pediu o fechamento temporário do Congresso Nacional, alegando que muitas leis atrapalhavam o Exército. Em 1994, foi reeleito como deputado federal do Rio de Janeiro, sendo indicado para a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara.

Esteve no centro de diversas polêmicas durante os seus mandatos como deputado. Uma delas aconteceu em 1998, quando se candidatou para presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, enfrentando uma forte rejeição. No mesmo ano foi reeleito com 102.893 votos. No novo mandato tornou-se membro da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

---

<sup>8</sup>As informações sobre a vida de Jair Bolsonaro foram retiradas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Em 2000, defendeu a pena de morte e a tortura para traficantes, atacou os homossexuais e se manteve defendendo a classe militar. Nas eleições de 2002, pela quarta vez foi reeleito, sempre na oposição dos governos civis e a favor da atuação do regime militar. No ano de 2006, candidatou-se pela quinta vez a deputado federal pelo Rio de Janeiro, sendo reeleito com 99.700 votos. Durante o mandato foi contra a demarcação na reserva indígena Raposa Serra Sol, em Roraima, alegando que seria um risco à integridade nacional. Na ocasião, um indígena atirou água no deputado. Em 2014 ficou nacionalmente conhecido por suas declarações polêmicas e discussões acaloradas com seus colegas de Câmara e, em outubro do mesmo ano, foi reeleito pela sétima vez como deputado federal. Com a fama Bolsonaro anunciou sua pré-candidatura à Presidência da República em 2016 pelo PSC. No entanto, em janeiro de 2018, anunciou sua filiação ao PSL, o nono partido político de sua carreira.

Jair Bolsonaro foi casado com a vereadora Rogéria Nantes Nunes, com quem teve três filhos: Carlos Bolsonaro (vereador do Rio de Janeiro), Flávio Bolsonaro (deputado estadual do Rio de Janeiro) e Eduardo Bolsonaro (deputado federal de São Paulo). Foi também casado com Ana Cristina Vale, com quem teve um filho e, em 2013, casou-se com Michelle, e com ela tem uma filha.

#### **4.1.1 FERNANDO HADDAD<sup>9</sup>**

Fernando Haddad nasceu no dia 25 de janeiro de 1963, em São Paulo (SP), filho de Khalil Haddad e Norma Tereza Goussain Haddad. A filiação ao Partido dos Trabalhadores aconteceu em 1983. Dois anos depois ingressou na Universidade de São Paulo (USP), graduou-se em Direito e, além disso, concluiu mestrado em Economia e doutorado em Filosofia.

Seu primeiro cargo público veio no mandato da prefeita de São Paulo Marta Suplicy. No ano de 2000, Haddad foi chefe de gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura. Durante o governo Lula, foi nomeado assessor especial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em 2004, tornou-se secretário-executivo do Ministério da Educação. Nessa função foi um dos responsáveis pelo Programa Universidade para Todos (ProUni).

<sup>9</sup> As informações sobre a vida de Fernando Haddad foram retiradas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>

No ano de 2005, assumiu o Ministério da Educação, seguiu desenvolvendo o ProUni e criou o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), voltado para estudantes de baixa renda vinculados a universidades particulares. Promoveu o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), antigo “Provão” criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que tinha como meta avaliar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação. Implantou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que no início servia para avaliar o desempenho dos alunos do ensino médio, mas depois tornou-se a principal maneira de ingresso nas universidades.

No ano de 2011, decidiu lançar sua pré-candidatura a Prefeitura de São Paulo. Para dedicar-se ao cargo, em janeiro de 2012 deixou o Ministério da Educação. Fernando Haddad elegeu-se prefeito da capital paulista com 3.387.720 votos, cargo que ocupou até dezembro de 2016, quando não conseguiu a reeleição. No ano de 2018, com a prisão do ex-presidente Lula e sua inelegibilidade, foi lançado pela primeira vez como candidato a presidente da República pela chapa “O Brasil Feliz de Novo”, formada por PT, PCdoB e PROS.

Haddad é casado com Ana Estela Haddad e tem dois filhos.

#### **4.1.1.1 REVISTA CARTA CAPITAL<sup>10</sup>**

A revista Carta Capital nasceu em 1994, em São Paulo. Foi fundada por Mino Carta, Bob Fernandes, Nelson Letaif e Wagner Carelli. Nos primeiros anos a revista era publicada mensalmente. Em 2001 o periódico começou a ser editado semanalmente, com os temas voltados para a área de cultura, política e economia. Em 2005 a revista começou a ser editado pela Editora Confiança. Durante as eleições de 2006, a Carta Capital apoiou a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. Em 2007 ganhou o Troféu Dia da Imprensa, recebendo o título de melhor revista semanal. A revista teria sido concebida como forma alternativa das revistas similares que já existiam: Veja e IstoÉ. Com uma equipe pequena e com uma postura crítica, a Carta Capital procura dar uma visão diferente dos acontecimentos semanais.

---

<sup>10</sup>As informações sobre a história da revista Carta Capital foram retiradas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

#### **4.1.1.1.1 REVISTA VEJA<sup>11</sup>**

A revista Veja foi lançada pela editora Abril no dia 11 de setembro de 1968, tinha Vítor Civita como diretor e editor, Roberto Civita como diretor de publicações e Mino Carta como diretor de redação da revista. Lançada em uma época que o país vivia sob o impacto do crescimento da oposição à ditadura militar, o primeiro número Veja vendeu 650 mil exemplares. A capa trazia a imagem de uma foice e do martelo sobre um fundo vermelho, com a manchete “O grande duelo no mundo comunista”. Assim, a revista apresentava-se como um veículo de integração nacional, com o objetivo de levar informação rápida e objetiva. Apesar de fundada nos anos 60 com características esquerdistas, por causa da censura implantada pelo regime militar, a partir dos anos 90, a revista Veja passou a ter alinhamento com ideias associadas ao liberalismo econômico e às políticas de direita. É a revista de maior circulação nacional.

---

<sup>11</sup> As informações sobre a revista Veja foram retiradas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

## 5. A ANÁLISE <sup>12</sup>

Neste capítulo iremos apresentar a análise comparativa entre as revistas Carta Capital e Veja sobre as candidaturas de Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. A pesquisa tem, como base, as manchetes, as capas das revistas, as matérias e o conteúdo jornalístico das reportagens. O objetivo é averiguar se há um equilíbrio na publicação de notícias sobre os candidatos e com que frequência as revistas atacaram ou defenderam tal candidato.

Como já mencionamos na introdução e com base nos estudos das pesquisas bibliográficas sabemos que as duas organizações têm a sua política editorial e, por causa dos posicionamentos de ambas, os candidatos envolvidos em uma eleição estão propícios a sofrerem ataques ou serem defendidos. Assim como as revistas estão sujeitas a manifestações favoráveis ou contrárias dependendo da matéria publicada.

O intervalo da análise, de 15 de agosto até 7 de outubro de 2018, foi o intervalo definido por ser também a fase do período eleitoral, marcando o primeiro dia oficial de campanha até o último dia do primeiro turno.

Nesse tempo, os dois meios de informação analisados publicaram, cada um, oito exemplares que foram vendidos em todo Brasil. Lembrando que as duas revistas são divulgadas semanalmente. A revista Veja é distribuída às quartas-feiras, enquanto a Carta Capital é distribuída às quintas.

Se levarmos em consideração que os exemplares são publicados em dias bem próximos, podemos afirmar que o histórico semanal dos candidatos, os acontecimentos políticos, econômicos, sociais e tudo relacionado às eleições serão iguais para as duas revistas.

Recordando que a escolha por essas mídias se deu por seus pensamentos políticos e ideológicos diferentes, essa é a única diferenciação importante para a nossa pesquisa. Citamos isso, pois a revista Veja tem 50 anos de história e é a revista mais vendida no Brasil, com mais de um milhão de exemplares vendidos mensalmente. Já a revista Carta Capital tem apenas 24 anos de existência, não tendo condições de superar as grandes revistas brasileiras, mas se propõe a dar uma visão diferenciada sobre os assuntos semanais. Com as ponderações que consideramos importantes esclarecidas, partiremos agora para a apuração da análise.

O primeiro exemplar analisado das revistas Carta Capital e Veja têm o mesmo personagem em destaque: Luiz Inácio Lula da Silva. As duas dão a capa e a matéria principal para o ex-presidente que, naquela época, ainda era considerado candidato do PT, mas estava preso em Curitiba e tentava judicialmente participar das eleições. O fato de Lula querer entrar na briga pela presidência levou os periódicos a abordarem o tema naquela semana, mas com posições diferentes.

A capa da revista Veja, trazia uma urna eletrônica com o rosto de Lula e com o título principal abaixo dizendo “As artimanhas de Lula”, seguido pelo subtítulo “Um almanaque das jogadas do petista para ter sua foto na urna eletrônica no dia da eleição” (ANEXO 1). Através dessa capa, é notório para o leitor que a revista mostraria artifícios para atacar a possibilidade de candidatura do ex-presidente.

A matéria feita por Daniel Pereira e Laryssa Borges, com reportagem de Eduardo Gonçalves, traz ao longo de oito páginas, os recursos usados pelo PT e por Lula para concorrer como presidente. A matéria citou oito artimanhas adotadas para que o petista chegasse à disputa, mas chamou a atenção dizendo que Lula já sabia que seria proibido de concorrer. As artimanhas então seriam para arrastar o processo e ganhar tempo a fim de transferir votos para Fernando Haddad, naquela época vice- candidato.

Enquanto isso a revista Carta Capital estampava o rosto de Lula em tamanho maior, rodeado pelas caricaturas em tamanho menor do pelotão da esquerda Fernando Haddad, Manuela D’Ávila, Guilherme Boulos e Ciro Gomes, com o título principal “Lulismo em campo” seguido pelo subtítulo “A jovem vice gaúcha, o ungido com o plano B, as afinidades econômicas e as cotoveladas com rivais progressistas” (ANEXO 1). Consta-se pela capa que o assunto abordado será uma comparação de Lula com os demais nomes políticos enquadrados pela capa.

A matéria escrita por André Barrocal traz elementos parecidos com os abordados pela revista Veja, um deles é o fato de achar quase impossível a candidatura de Lula e já colocar Fernando Haddad como seu substituto e Manuela D’Ávila como vice. Durante o texto Barrocal também analisa as campanhas de Ciro Gomes e Guilherme Boulos. A respeito de Ciro Gomes, o repórter fala em mágoa do candidato pedetista em relação ao PT, e diz que Boulos é uma espécie de novo Lula, e rechaça dizendo que haviam afinidades no plano de governo dos três candidatos, o que poderia levar a um apoio em um eventual segundo turno. O texto faz menção apenas ao pelotão

da esquerda, falando pouco dos demais candidatos. Nas demais páginas destinadas a política é possível encontrar mais matérias sobre Lula. A revista também traz matérias sobre Geraldo Alckmin, e as disputas ao governo de São Paulo e Minas Gerais.

Na primeira análise é possível observar que as revistas trazem em comum a situação vivida pelo ex-presidente que, mesmo na prisão, tentou participar das eleições. Para a revista *Veja* o fato de Lula tentar concorrer o leva a fazer “artimanhas”, como diz o título da capa. Nesse sentido, traz uma visão mais negativa e ardilosa do comportamento e das manobras adotadas por Lula, e pelo PT. Para *Carta Capital*, o fato sugere um “Lulismo”, uma estratégia válida para garantir votos para Fernando Haddad, colocando Lula como uma ideia. Em outras palavras, diagnóstico igual com receita diferente para abordar o acontecimento.

Também é possível constatar que o enfoque maior ficou em Lula e Fernando Haddad nesta primeira semana. Jair Bolsonaro foi pouco explorado pelas revistas, sem ganhar uma matéria de destaque.

Na segunda semana os personagens são diferentes (ANEXO 2), mas importantes no jogo eleitoral. A *Veja* dedicou-se a Paulo Guedes, futuro ministro da economia, escolhido por Jair Bolsonaro. Na capa, aparece Guedes com o semblante sério e com os dizeres “ele pode ser presidente do Brasil”. Já a revista *Carta Capital* trouxe *Ciro Gomes* como capa, e com um trecho de sua entrevista publicou como manchete “depois de Lula eu sou o mais progressista”.

Com um resumo bem detalhado da vida profissional e pessoal de Paulo Guedes, a matéria de Ana Clara Costa e Luísa Bustamante, com reportagem de Fernando Mollca, trouxe ao leitor um verdadeiro relato de acontecimentos na carreira do “guru” de Bolsonaro. O texto detalha toda a trajetória do economista, desde a vida acadêmica, com passagem na universidade de Chicago, passando pela política, quando foi assessor na campanha de Guilherme Afif Domingos, em 1989, e pela sua trajetória como economista, até chegar à assessoria de Luciano Huck quando o apresentador ensaiou candidatar-se em 2017, e ao primeiro encontro com Jair Bolsonaro, em outubro do mesmo ano.

O texto não fez críticas exageradas as posturas profissionais e pessoais de Guedes, e em alguns momentos cita o relacionamento entre ele e Bolsonaro, sem abranger posicionamentos do candidato do PSL. No restante da revista pouco se vê sobre Lula, mas sim mais conteúdos

envolvendo Jair Bolsonaro.

A revista Carta Capital trouxe uma reportagem exclusiva com o candidato do PDT, Ciro Gomes, na qual rechaça vários temas relevantes no que diz respeito à eleição, como alianças, política e propostas de governo de um modo geral. A entrevista foi feita por Fred Melo Paiva, Mino Carta, Sergio Lirio e Rodrigo Martins. Entre os pontos principais estão o verdadeiro motivo de Ciro se sentir traído pelo PT. Segundo a entrevista, a neutralidade do PSB, influenciado pelo PT nas eleições, e o convite da cúpula petista para ele ser o vice de Lula, foram os motivos para azedar o relacionamento. Ciro também afirma que a escolha de Lula por Dilma foi um erro e que a prisão do ex-presidente era injusta. Falou sobre o plano de retirar o nome das pessoas do SPC, reforma da previdência, planos para combater a criminalidade e sobre drogas.

A revista também traz uma matéria interessante escrita por Mino Carta, contando sua relação com Vítor Civita e seu filho Roberto Civita, fundadores da revista Veja. No texto o jornalista revela os motivos o qual fizeram sair da editora e os bastidores da época que trabalha para a família Civita. Mino faz duras críticas à editora e a Roberto Civita, que diz ter “turvo rancor”. Um texto relevante para um jornalista que trabalhou na Veja e atualmente é diretor na Carta Capital, por acaso as duas revistas analisadas neste trabalho.

Na terceira semana de análise fica mais explícito nas matérias os desdobramentos das pesquisas eleitorais e dos debates na TV aberta (ANEXO 3). É evidente também que, pela primeira vez, desde o início da análise, a revista Veja ataca os candidatos Lula e Jair Bolsonaro. Em sua capa, o mapa do Brasil faz alusão à obra de arte “O grito”, de 1893, do pintor norueguês Edvard Munch. A obra sugere momento de angústia e desespero. “A eleição do pavor” é o título principal, seguida por três subdivisões que trazem: “O mercado se assusta com a paralisia de Alckmin nas pesquisas”, “Os democratas se assustam com a liderança de Bolsonaro” e “Os que acreditam na lei se assustam com a força de Lula mesmo preso”.

Na matéria principal e na carta ao leitor, o descontentamento com a posição inferior de Alckmin em relação a Lula e Bolsonaro é evidente. Neste contexto, a matéria de Eduardo Ghirotto e Daniel Pereira, com reportagem de Laryssa Borges, levou a situação de momento dos candidatos à Presidência da República. O texto menciona Lula como “candidato-presidiário” e Jair Bolsonaro como “radical de direita”. A tese é que Lula, mesmo preso não perdeu o prestígio com o eleitorado,



e não foi esquecido o que levaria o petista a perder votos para candidatos como Ciro e Marina. Já Bolsonaro derrubou a tese que muitos acreditam que candidato em partido pequeno enfraquece quando a campanha começa para valer. O incômodo com a situação também se encontra na carta ao leitor, quando há uma comparação de Lula com a corrupção e de Jair Bolsonaro com antidemocracia. E se os conceitos corrupção e democracia estivessem no lugar certo, os dois candidatos jamais estariam tão bem colocados.

A inelegibilidade de Lula ainda era o tema chave abordado pela Carta Capital. Nesta edição a revista colocou em sua capa o título “O Brasil na berlinda”, e, justificando a manchete principal, colocou três temas: “A defesa internacional em prol da candidatura de Lula”; “A taxa de homicídio elevada; “O conflito entre brasileiros e venezuelanos, em Roraima”.

A matéria redigida por André Barrocal defendeu a candidatura de Lula mostrando que diversos organismos internacionais e personalidades defendem que a prisão do ex-presidente e sua impugnação são atos autoritários e, por esses critérios, levam Lula a ser um preso político. Dentre os posicionamentos favoráveis, o jornalista cita o requerimento do Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), garantindo a participação de Lula no dia 7 de Outubro. Criticou os alçozes Bolsonaro e Alckmin sobre o posicionamento tomado por eles mediante requerimento da ONU. Também em tom de crítica, não aliviou para o ministro Luís Roberto Barroso, responsável na época por analisar a candidatura de Lula no TSE. Trouxe ainda o posicionamento em defesa de Lula da ex-presidente do Chile, Michele Bachelet, e de mais dez juristas internacionais que se manifestaram contra o juiz Sérgio Moro no caso do julgamento do petista.

Nessa semana de análise foi possível observar o incômodo das duas publicações. Enquanto a revista da editora Abril não se contentava por ver Lula e Bolsonaro disparando nas pesquisas e Alckmin estagnado na parte de baixo com poucas chances de chegar ao segundo turno, a Carta Capital não se conformava que o candidato que liderava as intenções de voto não poderia participar por estar preso, o que, na visão da revista, era injusto, por isso trouxe diversos posicionamentos internacionais favoráveis ao candidato petista. Uma atacou os adversários, e a outra defendeu seu favorito.

A primeira semana de setembro foi a quarta de nossa análise. Com as pesquisas de intenção de voto acontecendo semanalmente, os debates colocando os candidatos frente a frente, e o início do horário eleitoral gratuito, as eleições de 2018 já estavam entranhadas na vida do brasileiro. Com a cobertura midiática acontecendo quase que vinte quatro horas por dia, nos telejornais, jornais impressos, nas redes sociais e nas revistas o assunto dominante era política. (ANEXO 4)

Nessa semana, a Carta Capital, que havia se posicionado mais defensivamente ao candidato Lula na última edição, resolveu sair à caça de Bolsonaro e Alckmin, promovendo em sua capa a imagem com os dois candidatos com armas em punho dando a entender pelo título que iriam fazer uma disputa feroz pelo voto da ala direita.

A matéria de André Barrocal dessa vez dá ênfase aos candidatos da direita, principalmente a Jair Bolsonaro e Geraldo Alckmin. O texto inicia fazendo referência à capa, na qual ambos seguram armas de fogo em alusão a uma disputa de pistoleiros do faroeste. Através disso, cita que Bolsonaro é a favor das armas e um candidato com características violentas. E que o candidato tucano manifestou a vontade de liberar armas para fazendeiros e que se fosse eleito iria endurecer as leis e acabar com as saídas temporárias de presidiários. Nesse contexto, Barrocal avaliou que a disputa seria “divertida”, já que dias antes a propaganda eleitoral havia iniciado, com coadjuvantes conservadores participando da disputa, o que poderia atrapalhar um pouco as coisas.

A matéria ainda trouxe algumas discussões entre os dois candidatos antes das campanhas e criticou as políticas adotadas pelos direitistas. Além disso, destacou a confiança de Geraldo com o tempo disponível que ele tinha na propaganda eleitoral, como uma possível forma de virar o jogo contra o ex-militar, o que não aconteceu. Para finalizar, coloca os demais candidatos da direita no jogo, Álvaro Dias, Henrique Meirelles e João Amoêdo, como possíveis problemas para a campanha de Jair e Geraldo.

A revista Veja optou por fazer uma matéria sobre o uso das redes sociais para divulgação das campanhas, um assunto que foi destaque nas eleições de 2018 (ANEXO 4). A matéria feita por Laryssa Borges, Gabriel Castro, Eduardo Gonçalves e André Lopes, com colaboração de Nonato Viegas e Hugo Marques, trouxe uma investigação que apurou uma fraude para obter informações pessoais através de bancos de dados, como o Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS), Bolsa Família e o Poupatempo. A responsável pela fraude seria a empresa Cambridge Analytica, que recolheria as informações e as demandas dos cadastrados nesses programas, para que em seguida fossem enviadas mensagens prometendo exatamente aquilo que elas mais desejassem. A matéria revela que esse serviço foi apresentado para políticos, mas que não há indícios de envolvimento no caso.

Outro ponto abordado foi o uso de usuários fakes remunerados com a tarefa de apoiar os candidatos, o que é estritamente proibido, podendo levar a cassação da chapa. Os apoiadores têm a missão de fazer centenas de postagens apoiando ou falando mal dos candidatos e, segundo a matéria, essa artimanha foi usada por Geraldo Alckmin e Lula, mas os candidatos negaram. Já Ciro Gomes foi acusado no texto por hackear uma função no WhatsApp, com o objetivo de responder as perguntas de forma automatizada. E finalizando mostra um gráfico dos seguidores-fantasmas, uma tática usada por quase todos os candidatos que criam perfis falsos no Twitter para inflar o número de seguidores, segundo o levantamento feito pela revista o candidato Álvaro Dias possui 46% de seguidores falsos, seguido por Geraldo Alckmin com 32% e Marina com 31%. A revista crítica tal atitude, dizendo tratar-se de uma tática suja. Nessa edição a revista também expôs uma matéria de dez páginas revelando um esquema de extorsão no governo do Ceará, e que testemunhas apontaram que Ciro Gomes sabia e participava.

Na quinta semana de análise, fatos importantes aconteceram com os candidatos pesquisados por este trabalho (ANEXO 5).. No dia 6 de setembro, Jair Bolsonaro foi esfaqueado em Juiz de Fora, levando a grande mídia a fazer uma cobertura especial, o que não é condenável, por tratar-se de um candidato em disputa, sofrendo com a violência habitual nos últimos dias no Brasil. Cinco dias depois o PT confirmou Fernando Haddad como candidato no lugar de Lula. Dois temas importantes que deveriam ser explorados por qualquer meio de comunicação, certo? Errado. Como vimos no capítulo do *gatekeeper*, as organizações têm os seus “portões”, desse modo escolhem aquilo que lhe convém. Nesse caso, também vale ressaltar a observação de Azevedo (2005), dizendo que as revistas são de gênero opinativo e manifestam suas preferências políticas.

A revista Veja preferiu abordar o atentado a Jair Bolsonaro e sequer mencionou a oficialização da candidatura de Haddad. Em contrapartida, a revista Carta Capital fez uma entrevista com o candidato petista e não deu importância para o acontecimento em Juiz de Fora.

A sexta semana de análise foi marcada por um consenso entre as duas revistas. Após o atentado sofrido por Bolsonaro e as pesquisas o colocando com 28% das intenções de voto, ele já estava garantido no segundo turno, restava saber quem seria seu oponente (ANEXO 6). A revista Veja estampava em sua capa o título “Quem vai com ele”. Por sua vez, a Carta Capital publicou “O risco Bolsonaro e quem pode evitá-lo”, filtrando mais em uma disputa possivelmente com Haddad que havia saltado nas pesquisas de 4% para 8% em poucos dias como candidato e Ciro Gomes que mantinha os 11%.

Nessa edição a Carta Capital mencionou o ataque sofrido por Jair Bolsonaro, a publicação aconteceu no dia dezenove de setembro, treze dias após o atentado. Na matéria de Rodrigo Martins com colaboração de René Ruschel e Sérgio Lirio, é possível identificar logo no início que a matéria não defende o deputado e usa as palavras de Hamilton Mourão, vice de Bolsonaro, para abordar o tema. “Esse troço já deu o que tinha dar”, afirmou Mourão cinco dias após o atentado. O texto ainda reflete as consequências que o ataque deixou, como a comoção popular, o que beneficiou Bolsonaro e desfavoreceu Geraldo Alckmin que brigava pelo mesmo eleitorado. E, colocou Haddad e Ciro como possíveis concorrentes do candidato do PSL, já que estavam tecnicamente empatados naquela altura da disputa. A matéria ainda fez duras críticas a Bolsonaro, referindo-se as tentativas frustradas de associar a esquerda com o ataque, os gestos característico de simular armas de fogo quando ainda estava internado, citou que o ocorrido aconteceu dias depois de o candidato dizer que iria “fuzilar a petralhada” no Acre.

A revista Veja também trouxe o cenário da época e, mencionou pela primeira vez, a oficialização da candidatura de Haddad dizendo que o fato seria um grande espetáculo armado por Lula. Como a Carta Capital, sinalizou que Bolsonaro já estava no segundo turno e que a disputa provavelmente seria contra um candidato progressista. Colocou a situação de Marina e Alckmin como delicada, mas se mostrou esperançosa com a ascensão do tucano, pois poderia conquistar o voto útil e ainda tinha o maior tempo do horário eleitoral. Em outras páginas o periódico também trouxe mais detalhes do atentado sofrido por Bolsonaro.

Nesse contexto, foi possível observar que as edições da sexta semana trouxeram os assuntos que não foram abordados por elas na semana anterior, ainda sim, essas publicações vieram com um tom de crítica.

Na penúltima semana de análise as pesquisas indicavam a evolução de Bolsonaro e Haddad, enquanto o candidato do PSL estava com 27% dos votos, o petista chegava na casa dos 20%. Desse modo, ficava cada vez mais evidente um segundo turno entre os dois. A revista *Veja* preferiu dar capa para a comemoração de seus 50 anos de história, mas colocou na parte superior a disputa entre os primeiros colocados para obter votos do centro. Já a revista *Carta Capital* novamente hostilizou Bolsonaro em sua capa, comparando a possível vitória do candidato com a volta do regime militar (ANEXO 7).

Apesar de estampar cinco décadas vividas, a revista da editora Abril trouxe três matérias voltadas para a área da política. A primeira em relação ao protagonismo de Bolsonaro e Haddad, dizendo que os dois travariam uma “disputa radical”; a segunda, relacionada ao congelamento de Geraldo Alckmin nas pesquisas demonstrando que o legado do PSDB poderia estar chegando ao fim, inclusive em São Paulo, onde o tucano João Dória também dava sinais de perigo; a terceira, contando como foi a entrevista que a revista fez com cinco presidenciais, denominado de 4º Fórum Amarelas ao Vivo. O tema principal foi a polarização entre o direitista e o esquerdista.

A revista *Carta Capital* colocou Jair Bolsonaro no centro da atenção mais uma vez. Na matéria principal, escrita por André Barrocal, o jornalista acena para o número recorde de candidatos militares nas eleições de 2018, e para o apoio do Exército ao deputado. Segundo o jornalista, o apoio vem de uma instituição que deixou um legado de mortes, concentrou renda e se corrompeu. Ao longo do texto, a matéria trouxe depoimentos, no ponto de vista do jornalista, autoritários de militares, como o vice de Bolsonaro, Hamilton Mourão e o general Villas Bôas. Criticou a postura dos militares e lembrou de fatos semelhantes com a época da ditadura.

A última semana de análise também foi a última edição das revistas pesquisadas antes das eleições, no dia 7 de outubro. A ideia foi a mesma: matérias contra Jair Bolsonaro (ANEXO 8). Como fez em 2014, na última edição antes do primeiro turno, a revista *Veja* atacou. Naquele ano, Dilma Rousseff liderava a corrida eleitoral, seguida por Marina Silva e Aécio Neves. Uma reportagem da revista dizia que Dilma e Lula sabiam de desvios na Petrobras. Após a circulação da matéria, a sede da editora Abril foi alvo de depredação e pichação. Na época o caso teve grande repercussão. Neste ano, a notícia bombástica foi em relação ao candidato do PSL. Em um processo com mais de 500 páginas a que a revista teve acesso, a ex-mulher do deputado Ana Cristina

Siqueira acusava-o de furtar um cofre de banco, ocultar patrimônio e agir com certa agressividade. Através de sua conta no Twitter o candidato respondeu: “mais uma vez parte da mídia sempre lança seus últimos ataques na vã tentativa de me desconstruir. O sistema agoniza, vamos vencê-lo”.

Nas redes sociais, foi possível encontrar muitos eleitores de Bolsonaro e de Haddad criticando a matéria. Muitos dos seguidores de Bolsonaro este ano eram apreciadores de Aécio Neves na eleição de 2014 e apoiaram a reportagem da revista contra Dilma e Lula. Neste ano as coisas se invertem, os apoiadores de Bolsonaro disseram que a revista Veja estava vendida ao PSDB e se esqueceram do fato ocorrido em 2014. Muitos militantes petistas também se manifestaram contra a publicação, afirmando ser um ato de desespero para colocar Geraldo Alckmin no segundo turno.

A revista Carta Capital usou a #Elenão, criada nas redes sociais, como última cartada para tentar desprestigiar Jair Bolsonaro. Através da capa e da matéria principal, a revista listou diversos artistas, escritores, torcidas organizadas contrárias a Bolsonaro, na tentativa de mostrar o alto índice de rejeição do deputado. Mino Carta também escreve uma matéria comparando o fascista Mussolini a Bolsonaro.

Na última semana, percebemos que as revistas tentam desidratar a candidatura de Bolsonaro. A revista Veja fez como Geraldo Alckmin na reta final, mirou no candidato do PSL e esqueceu o PT, até porque atacar o partido naquela altura do campeonato seria perda de tempo, já que a militância petista é forte e dificilmente mudaria seu voto. Já a Carta Capital fez o que já vinha fazendo há algumas semanas, desde que Haddad pulou para o segundo lugar disputando um segundo turno com Jair Bolsonaro.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que as revistas de uma maneira geral estão em um processo de decadência, a maioria passa por dificuldades impossibilitando a concorrência com outros formatos de mídia, um exemplo disso foi o atentado que Bolsonaro sofreu em Juiz de Fora, as revistas Carta Capital e Veja não mandaram correspondentes para cobrir o assunto imediatamente.

Observamos que durante o período de análise as capas das revistas foram bem apelativas mostrando certo desespero para promover ou despromover os candidatos. Esse posicionamento sensacionalista explica o desespero das revistas em vender suas publicações.

Para contribuir com as dificuldades colocadas acima temos um baixo número de leitores em nosso país e essas revistas têm um custo elevado para a população. A grande maioria dos leitores dos periódicos semanais são assinantes mensais.

No ponto de vista da análise feita nas revistas Carta Capital e Veja, ficam claras as suas posições políticas. Como o gênero opinativo sugere, esses meios usam linguagem para atacar e defender um candidato e, em todas as avaliações, foi possível ver que as revistas falam como o eleitor fala, com matérias compreensivas e de fácil entendimento, buscando inserir suas opiniões.

Vemos então que as revistas não foram capazes de influenciar o voto do leitor, pois as duas atacaram o candidato Jair Bolsonaro, e no final ele foi eleito presidente. Mesmo a Veja trazendo uma denúncia grave nas vésperas da eleição, o assunto abordado não chegou ao público e pouco foi noticiado pelas outras grandes mídias. A Carta Capital na reta final buscou atacar ainda mais Bolsonaro, porém sem sucesso.

Através das publicações notamos que os holofotes ficaram o tempo todo em Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, em poucas oportunidades vimos matérias sobre os demais candidatos, o que mostra que não houve um posicionamento equilibrado nas publicações.

Foram vinte e quatro anos e seis eleições que a Carta Capital e Veja acompanharam o protagonismo de PT e PSDB que, neste ano chegou ao fim. Agora resta saber como esses partidos vão digerir a derrota e qual será o comportamento das revistas sem os petistas e tucanos na Presidência.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil**: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Vol. 12, no. 1. Campinas, Scielo, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci_arttext). Acesso em 11/11/2018.

BARROS FILHO, Clovis de. **Ética na Comunicação**. 6. Ed. São Paulo, Summus editorial, 2008.

EXAME. **Governo do Presidente Michel Temer**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/veja-fatos-que-marcaram-os-dois-anos-do-governo-temer/>

FGV. Informações sobre Fernando Haddad, Jair Bolsonaro, Carta Capital e Veja: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

FOLHA. **Candidatura dos treze presidenciais**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/eleicao-presidencial-tera-13-candidatos-veja-quem-sao.shtml>

FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobre. **A Evolução da Hipótese de Agenda-Setting**. 2006. 93f. Programa de Pós Graduação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

G1. **Resultado da apuração das Eleições para presidente**. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/brasil/>

GOREAD. **Informações sobre as revistas durante o período de análise**. Disponível em:

[www.goread.com.br/](http://www.goread.com.br/)

INFOESCOLA. **Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/governo-de-fernando-henrique-cardoso/>

\_\_\_\_\_. **Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.** Disponível em:  
<https://www.infoescola.com/mandatos-presidenciais-do-brasil/governo-lula/>

\_\_\_\_\_. **Governo da Presidenta Dilma Rousseff.** Disponível em:  
<https://www.infoescola.com/historia/governo-de-dilma-rousseff/>

MCCOMBS, Maxwell. **Teoria da Agenda:** a mídia e a opinião pública. 1. Ed. São Paulo: Vorazes, 2009. 240p

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. 1. Ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224p

ÚLTIMO SEGUNDO. **Horário Eleitoral Gratuito:** tempo de cada candidato. Disponível em:  
[:https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-08-23/horario-eleitoral-2018.html](https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-08-23/horario-eleitoral-2018.html)

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de Massa.** 3. Ed. São Paulo: Marins Fontes, 2008. 295p

## ANEXOS



## ANEXO 1

Primeira semana



ANEXO 2

Segunda semana



## ANEXO 3

Terceira semana



ANEXO 4

Quarta semana



ANEXO 5

Quinta semana



ANEXO 6

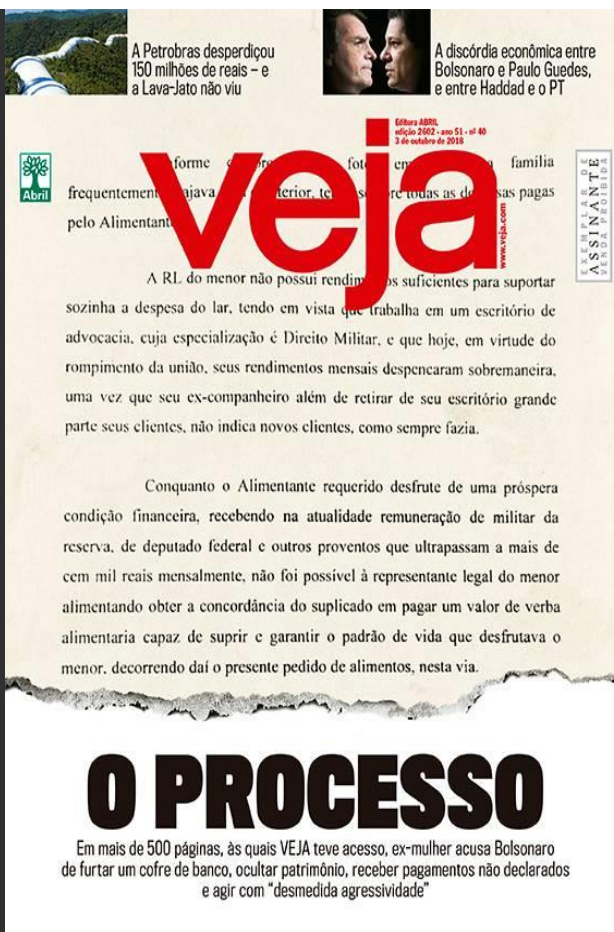
Sexta semana





ANEXO 7

Sétima semana



## ANEXO 8

Oitava semana

